

Do Lulismo ao Anti-Petismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras

André Borges (IPOL-UNB)

Robert Lee Vidigal (IPOL-UNB)

O debate recente sobre identificação partidária e voto no Brasil vem apontando para a crescente importância do posicionamento dos eleitores com respeito aos principais partidos presidenciais - PT e PSDB - na escolha dos candidatos à presidência. Desde 1994, tais partidos constituem os dois polos da disputa, alternando-se ainda à frente do Poder Executivo. Várias pesquisas recentes sugerem que a disputa presidencial contribui para estruturar e conferir inteligibilidade ao sistema partidário, uma vez que todos os demais partidos, com poucas exceções, tendem a gravitar em torno dos projetos presidenciais capitaneados por PT e PSDB (Braga e Pimentel Jr, 2011; Limongi e Cortez, 2010; Melo e Câmara, 2012).

Os argumentos e evidências presentes na literatura nacional tendem a convergir com a literatura sobre o desenvolvimento do sistema partidário nos EUA, a qual aponta para a importância da disputa presidencial e das macro políticas econômicas e sociais implementadas pelos presidentes para a construção de partidos genuinamente nacionais, capazes de dividir as preferências do eleitorado (Key, 1955; Milkis e Rhodes, 2007; Schnattschneider, 1960; Sundquist, 2011). De fato, alguns estudos sobre identificação partidária no Brasil demonstram que uma parcela pequena, embora não desprezível, dos eleitores, consegue se posicionar de forma razoavelmente consistente frente aos dois principais partidos na disputa presidencial (Braga e Pimentel Jr, 2011; Samuels e Zucco, 2014).

Nos últimos anos, desenvolveu-se uma ampla gama de pesquisas com o intuito de investigar os determinantes da decisão do voto nas eleições presidenciais (Ribeiro, Carreirão, Borba, 2011; Batista, 2014; Ribeiro, Carreirão, Borba, 2016; Speck e Balbachevsky, 2016). As evidências empíricas demonstram que a identificação partidária é fator de peso nas escolhas dos eleitores, embora ainda não haja consenso sobre a forma mais adequada de mensuração do vínculo entre eleitores e partidos (Braga e Pimentel Jr, 2011; Cabello e Rennó, 2010; Carreirão e Barbeta, 2004; Peixoto e Rennó, 2011; Rennó, 2007).

Neste artigo, procura-se contribuir para a literatura colocando em questionamento alguns diagnósticos relativos à consolidação do sistema partidário presidencial. Em particular, apontamos para a fragilidade metodológica e teórica de análises que enxergam a polarização PT-PSDB como reflexo de uma crescente divisão do eleitorado em dois blocos claramente diferenciados e polarizados. Para tal, propomos uma nova medida com o intuito de estimar a força ou intensidade dos sentimentos partidários frente ao PT e ao PSDB.

Pretende-se responder a três questões centrais. Primeiro, em que medida os eleitores brasileiros encontram-se divididos ou não segundo a divisão bipolar predominante na disputa presidencial e se esta divisão se mantém ou se altera ao longo do tempo. Em particular, buscamos avaliar empiricamente a hipótese que vem sendo levantada na literatura no que diz respeito ao fortalecimento dos sentimentos partidários frente ao PT e ao PSDB. Em segundo lugar, avaliamos em que medida é possível dizer que teria ocorrido ao longo dos últimos anos um processo de polarização partidária vinculado à competição presidencial entre PT e PSDB, conforme sugerido por Couto (2014) e Reis (2014). Terceiro, analisamos o impacto das simpatias partidárias sobre o voto presidencial nas eleições de 2002 a 2014. Nesta análise buscamos entender não apenas o comportamento dos eleitores que se posicionam claramente frente aos principais partidos presidenciais, mas também daqueles que demonstram indiferença frente à bipolaridade da disputa.

O artigo procura responder a estas questões recorrendo aos surveys do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) realizados nos anos de 2002 a 2014. Para verificar em que medida teria havido um aumento das simpatias partidárias em relação ao PT e ao PSDB, desenvolvemos uma escala de partidarismo através de uma questão do ESEB que permite ao eleitor atribuir a intensidade da sua simpatia ou antipatia por estes dois partidos. Consideramos não apenas os sentimentos dos eleitores com respeito ao partido da sua preferência, mas também com respeito ao principal partido adversário na eleição presidencial. Ao explorar a questão do partidarismo de massa e a polarização partidária entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no Brasil contemporâneo, este artigo baseia-se nas pesquisas existentes e contribui para debates em andamento.

A partir das categorias construídas por meio dessa escala, verificamos o grau de vinculação entre o posicionamento partidário, de um lado, e do outro, as opiniões dos eleitores sobre temas políticos e posicionamento ideológico. Dessa forma, buscamos avaliar empiricamente a hipótese da polarização. Por fim, recorremos a uma série de modelos multinomiais logit para a escolha dos eleitores no primeiro turno

das eleições presidenciais, com o intuito de mensurar a importância relativa dos sentimentos partidários como fator explicativo do voto.

Os resultados empíricos demonstram que, não obstante a crescente importância dos sentimentos partidários na determinação do comportamento dos eleitores no pleito presidencial, não há evidências de que tal movimento estaria associado a um aumento da polarização. Pelo contrário, observamos que as diferenças ideológicas e de opinião entre petistas e tucanos são de pequeno monte e, além disso, nota-se ao longo do tempo crescente convergência ideológica entre os vários segmentos do eleitorado. Além disso, os eleitores indiferentes que não diferenciam claramente entre PT e PSDB constituem o segmento numericamente mais importante do eleitorado e, portanto, de maior relevo para as estratégias partidárias, situação esta que se manteve inalterada no período em análise.

1.1 Identificação partidária, polarização e escolhas eleitorais

A natureza e as origens da identificação partidária têm sido debatidas por décadas. Tradicionalmente, as pesquisas sobre a natureza da identificação partidária têm se baseado em duas escolas principais de pensamento. Uma primeira explicação para a identificação partidária seria a conexão psicológica a um partido político devido a processos de socialização na infância (Campbell et al., 1960). Seu núcleo é a ideia de que a identificação partidária é definida como um sentimento de apego pessoal, afetivo a um partido político baseado em sentimentos de proximidade com os grupos sociais associados às partes (Campbell et al., 1960; Green, Palmquist e Schickler, 2002).

Uma segunda perspectiva diferente sugere que a identificação partidária é determinada por avaliações sobre temas políticos importantes (*issues*), eventos e personalidades atuais. Esta perspectiva está enraizada no modelo de Downs (1957) de identificação partidária como uma heurística que captura eficientemente a correspondência entre as plataformas do partido e as preferências políticas do indivíduo. À medida que as pessoas adquirem informações adicionais e formam novas atitudes políticas, a identificação partidária se desloca em um processo de atualização Bayesiana (Achen, 1992).

Nas novas democracias, como o Brasil, entretanto, os partidos políticos são um fenômeno relativamente novo, e como tal, o partidarismo teve menos tempo para se desenvolver e consolidar posições políticas, fornecendo informações consistentes aos eleitores (Fiorina, 1981). Isso quer dizer que muitos cidadãos só podem aprender

sobre os partidos políticos e desenvolver simpatias partidárias a partir do comportamento dos políticos e dos acontecimentos políticos (Samuels e Zucco, 2014).

O comportamento social está diretamente relacionado ao comportamento de grupos. A tendência de se juntar com os outros é talvez a característica mais importante dos seres humanos (Brewer, 2010). Os processos que ocorrem dentro dos grupos influenciam, de forma fundamental, seus membros e a sociedade em geral. As pessoas categorizam a si e aos outros, criando diferenciações intragrupo e intergrupo. Ao fazê-las, elas buscam alinhar os seus pontos de vista com o seu endogrupo (grupo interno) e se diferenciar dos exogrupos (grupos externos) (Brewer, 2010; Tajfel, 1981). Na política não é diferente.

A reunião de indivíduos torna-se literalmente um grupo quando os membros ou as pessoas fora do grupo, rotulam aquele coletivo como um grupo (Tajfel, 1981). No mundo político, os partidos funcionam como endogrupos e exogrupos.

Grupos, Identificação e Competição Intergrupos

Teorias de relações intergrupais fornecem uma poderosa ferramenta para se estudar a identificação partidária. Com base nos critérios mais triviais para a diferenciação (por exemplo, jogar uma moeda), as pessoas formam fortes predisposições intragrupo (Nicholson, 2012). O desejo de diferenciar-se de um grupo externo pode até mesmo motivar os indivíduos alterar os traços de personalidade (*self-stereotyping*) na direção oposta do exogrupos (Nicholson, 2012).

A percepção de “identificação de grupo” é a tendência dos indivíduos a perceber a si mesmos e seus grupos como entrelaçados, compartilhando qualidades e falhas comuns, sucessos e fracassos, e destinos comuns (Tajfel, 1981). Dinâmicas de grupo têm estado tradicionalmente na vanguarda das pesquisas em ciências comportamentais (Iyengar, Sood, Lelkes 2012). A identificação do grupo é a percepção cognitiva de unidade e laços afetivos significantes com o grupo (Tajfel, 1974). Não é de surpreender que alguém com uma forte identidade partidária se sinta exaltado após uma vitória eleitoral e deprimido após a derrota (Huddy, Mason, Aarøe 2015).

Assim, para alcançar o estágio de “identificação de grupo”, são necessários dois componentes. Primeiro, um cognitivo, no sentido de consciência da adesão (percepção de pertencimento); e um segundo componente afetivo avaliador (positivo ou negativo) (Brewer, 2010, Huddy, 2001).

O grau de identificação depende crucialmente da ideia de “ajuste comparativo” (*comparative fit*), o conceito sugere que os indivíduos se classificam em grupos não apenas quando eles acham se assemelham, ou se encaixam, naquele grupo, mas também quando eles acreditam que seu grupo difere de outros grupos (Lupu, 2013). Quanto mais a participação no grupo maximiza as semelhanças entre os indivíduos membros do grupo, bem como as diferenças com os membros de fora, mais provável é um indivíduo de se identificar com o endogrupo (Lupu, 2013).

As identidades sociais são construídas não apenas na afinidade do endogrupo, mas também sobre as diferenças dos exogrupos (Lupu, 2013). E com partidos políticos não é diferente. Ambos vieses intergrupais de endo- e exogrupos estão enraizados no comportamento humano e ajudam a delinear e manter os limites dos grupos: os indivíduos têm incentivos para acentuar as diferenças entre os grupos, destacando as semelhanças do seu grupo e as diferenças do grupo externo (Abrams e Hogg, 1990). Os estudiosos tipicamente tratam o sentimento de identidade partidária como uma variável importante para escolhas políticas, principalmente no comportamento do voto (Rennó, 2007; Paiva, Braga e Pimentel Jr., 2007; Carreirão, 2007; Ribeiro, Carreirão e Borba, 2011; Braga e Pimentel Jr., 2011; Speck, Braga e Costa, 2015; Baker et al., 2016; Ribeiro, Carreirão e Borba, 2016).

Partidarismo e polarização de massa

Identificação partidária é claramente um tipo de identidade social, uma vez que as pessoas facilmente categorizam-se em grupos a partir da mais trivial das diferenças. A força dos sentimentos partidários, por sua vez, pode estar relacionada à existência ou não de divisões ideológicas relevantes tanto ao nível das elites quanto das massas..

A identificação partidária é uma parcela pequena da autoconcepção individual típica. A raça, o sexo, a religião, a região ou classe social chegam imediatamente à mente dos indivíduos como identidades sociais fundamentais; os partidos políticos não (Green, Palmquist e Schickler, 2004). Essas identidades centrais absorvem quase todas as nossas interações do dia-a-dia com as outras pessoas. Os estereótipos e as auto-imagens partidárias, ao contrário, são lembrados esporadicamente, apenas quando se assiste um jornal ou discute política com amigos (Green, Palmquist e Schickler, 2004).

No entanto, quando nossa atenção se volta para a política, a identificação partidária torna-se altamente influente, Braga e Pimentel Jr. (2011), Speck, Braga e

Costa (2015) e Baker et al. (2016) confirmam, embora com certas especificidades, a relevância da identificação (ou simpatia) partidária na estruturação das atitudes e/ou do comportamento do eleitorado brasileiro. A persistência e o poder motriz das identidades partidárias em relação à outros tipos de identidades sociais são ainda mais notáveis, dado que as organizações de partidos políticos não têm quase nenhuma presença detectável na vida cotidiana dos brasileiros.

Na América Latina, Lupu (2014) identificou em diversos casos o enfraquecimento das clivagens partidárias, isto é, diluição das identidades partidárias quando os principais partidos convergem nas suas posições ou adotam políticas inconsistentes com as suas agendas tradicionais. O resultado disso é que os eleitores perdem a capacidade de diferenciar os partidos, o que por sua vez leva a uma redução na intensidade e amplitude da identificação partidária no eleitorado. Por outro lado, na presença de candidatos ideologicamente extremos os eleitores têm maiores incentivos não apenas para concordar com seu próprio grupo mas também para discordar do grupo adversário (Nicholson, 2012).

O que se pode concluir é que a estrutura da competição política afeta a força e a estabilidade das preferências partidárias. Quando a competição é polarizada e os partidos defendem posições claramente distintas entre si, aumenta a probabilidade de os eleitores conseguirem identificar, se posicionar e desenvolver preferências claras frente às agremiações políticas.

Medir a polarização do eleitorado (polarização de massa) é um desafio. Trabalhos anteriores chegam a conclusões divergentes, porque diferentes formas são usadas para medir tal polarização, o que é problemático (Fiorina, 1981). Na literatura de opinião pública, diversas estratégias de mensuração já foram empregadas: examinar correlações entre a identificação partidária e ideologia; examinar a diferença de médias entre os grupos ou comparar a proporção total de respondentes pertencentes em cada categoria de uma escala; analisar o desvio padrão das pontuações combinadas de escalas de ideologia; etc.

Mas o que vem a ser exatamente polarização de massa? As definições e medidas empíricas de polarização do público de massa variam, mas a maioria das definições referem-se a dois conceitos (Hill e Tausanovitch, 2015). Primeiro, a polarização é divergência em ideologia política entre os membros do público. Por exemplo, se mais membros do público estão nas extremidades ou se menos membros do público ocupam o meio de distribuição, o público está mais polarizado¹. Em

¹ Distribuições dispersas de opinião não significam necessariamente polarização.

segundo lugar, a polarização aumenta a separação de grupos claramente definidos, por exemplo, os democratas tornando-se mais liberais e republicanos mais conservadores nos EUA (Hill e Tausanovitch, 2015). Em um eleitorado polarizado, a população está concentrada em torno de alguns pontos da distribuição, especialmente nos dois extremos da distribuição (Fiorina e Abrams, 2008)

Em suma, a (i) polarização é uma questão de grupos com dois ou mais grupos, (ii) a polarização aumenta quando a “dispersão dentro do grupo” é reduzida, e (iii) a polarização aumenta quando a distância entre os grupos cresce (Fiorina e Abrams, 2008). Ainda que identificação partidária e polarização do eleitorado sejam fenômenos distintos, em determinadas condições o aumento da polarização tende a favorecer o fortalecimento das identidades partidárias. Em especial, quando o processo de polarização partidária aumenta a diferenciação dos partidos no eleitorado, devemos obter como resultado preferências partidárias do público mais intensas.

Em sistemas multipartidários identidades partidárias complexas geralmente são criadas (Green, Palmquist e Schickler, 2004). Embora os partidos possam, em muitos casos, ser organizados ao longo de um espectro esquerda-direita, não está claro se a identificação com vários partidos pode ser descrita com precisão ao longo de uma única dimensão ideológica (Oliveira e Turgeon, 2015).

Um conceito unidimensional de identificação do partido como o de Downs (1957)² não reflete com precisão as atitudes partidárias subjacentes do eleitorado (Alvarez, 1990). Os processos intergrupais de polarização não são unidireccionais; em vez disso, quando entidades (indivíduos, equipes, nações) respondem umas às outras, essas respostas são recíprocas. O conflito intergrupal muitas vezes é uma diáde com dois protagonistas principais.

1.2 Identificação partidária, eleições presidenciais e voto no Brasil

As pesquisas recentes sobre identificação partidária no Brasil demonstram que as taxas agregadas de preferência partidária se alteraram pouco desde a primeira eleição presidencial realizada em 1989 (Carreirão e Kinzo, 2004; Kinzo, 2005; Samuels, 2008). Na média, os eleitores que se identificam com algum partido representam pouco menos da metade do total, em torno de 46% para o período 1989-2002. O percentual de 35,5% em 2002 declina para 27,4% em 2006, subindo para 38,7% em 2010 (Ribeiro, Carreirão e Borba, 2011). A principal mudança que ocorreu

² Anthony Downs (1957) introduziu um dos primeiros conceitos de polarização através de uma modelagem espacial de sistemas partidários, em que os partidos políticos (e os eleitores) estão alinhados ao longo de um continuum entre esquerda e direita.

neste período foi o crescimento do Partido dos Trabalhadores, que saltou de cerca de 9% das preferências em 1989 para 18% em 2002. Por outro lado, o PMDB perdeu espaço nas preferências do eleitorado: a taxa de identificação com este partido caiu de 19% em 1989 para 9% em 2002 (Carreirão e Kinzo, 2004).

Muito embora as taxas de identificação partidária verificadas no Brasil em meados dos anos 2000 fossem semelhantes ou um pouco superiores àquelas observadas em outras democracias jovens da América Latina e do Leste Europeu (Braga e Pimentel Jr, 2011), o único partido com taxas superiores a 10% do eleitorado era o PT. Em boa medida, o bem sucedido esforço realizado por esta legenda na construção de uma organização de massa, dotada de ideologia e programa coerente, é fator explicativo relevante da manutenção das taxas agregadas de preferência partidária não obstante a queda, ou ausência de crescimento dos demais partidos (Carreirão e Kinzo, 2004; Samuels, 2008).

Estudo de Kinzo (2005, p. 76) sobre os determinantes da identificação partidária no Brasil demonstrou que eleitores com alta escolaridade e alto nível de conhecimento político têm maior probabilidade de expressar preferência por um partido. A razão para isso estaria na complexidade e baixa inteligibilidade do jogo eleitoral no Brasil. A elevada fragmentação e falta de nitidez do sistema partidário em razão da formação de coalizões pré e pós-eleitorais torna mais difícil a diferenciação dos partidos, exigindo uma predisposição para obter informação política que está ausente na maioria do eleitorado. Como resultado, a taxa de identificação partidária é baixa (Kinzo, 2005).

Não obstante os efeitos deletérios do sistema eleitoral de lista aberta e das coligações proporcionais sobre a inteligibilidade do processo político-partidário, há razoável consenso na literatura de que a eleição presidencial vem funcionando como âncora do sistema, conferindo estrutura e estabilidade ao sistema de partidos (Braga e Pimentel Jr, 2011; Limongi e Cortez, 2010; Limongi e Guarnieri, 2014; Melo e Câmara, 2012; Samuels e Zucco, 2014). O fato de que todas as eleições presidenciais desde 1994 vêm sendo polarizadas pelos mesmos partidos – PT e PSDB – aponta no sentido da simplificação e racionalização do quadro partidário. Para Limongi e Cortez (2010), a bipolaridade PT-PSDB vem sendo paulatinamente reproduzida nas eleições para governador, o que por sua vez resulta na redução do número de partidos capazes de competir efetivamente. Esta tendência apontaria claramente para o papel estruturador da eleição presidencial sobre a competição partidária.

Entretanto, Borges e Lloyd (2016) demonstraram que, não obstante a simultaneidade de todas as eleições presidenciais e para governador disputadas entre

1994 e 2010, o grau de incongruência entre as votações nos dois pleitos no período permaneceu bastante elevado, em níveis comparáveis àqueles observados no período democrático 1945-1964 (quando as eleições nem sempre coincidiam e, quando coincidiam, não ocorriam em todos os estados).

Por sua vez, Samuels e Zucco (2014) demonstram que, apesar dos níveis agregados de identificação partidária serem comparativamente baixos, o partidarismo tem efeitos relevantes, ao menos para o PT e o PSDB. Usando métodos experimentais, os autores demonstram que a exposição à informação sobre as posições dos dois partidos afeta as atitudes de petistas e tucanos. Entretanto, o mesmo efeito não se verifica para eleitores não partidários. Em especial, o experimento encontrou evidências da existência de vieses do exogrupo sobre as atitudes dos eleitores partidários. Em outras palavras, saber sobre a posição do partido adversário impacta os posicionamentos de petistas e tucanos. Isso quer dizer que a competição partidária entre PT e PSDB é suficientemente estruturada para permitir que os eleitores partidários consigam se posicionar adequadamente frente aos issues e políticas públicas relevantes (Samuels e Zucco, 2014, p. 11).

Além da estabilidade da competição pela presidência, outra dimensão abordada na literatura sobre eleições presenciais e identificação partidária diz respeito à vinculação entre as macro-políticas econômicas e sociais implantadas pelos partidos à frente do poder nacional, seus impactos diferenciais sobre os distintos estratos sociais e, em consequência, sobre as preferências políticas. Essa vertente analítica parece se inspirar nos estudos sobre eleições críticas e realinhamentos eleitorais nos EUA. Um elemento chave dessa literatura é a ideia de que grandes mudanças nas políticas adotadas pelos presidentes e seus partidos atuam diretamente sobre a estrutura das clivagens políticas, contribuindo assim para alterar a distribuição das preferências partidárias no longo prazo (Schnattschneider, 1960; Sundquist, 2011).

A aplicação dessa teoria, ainda que nem sempre de forma explícita ou metodologicamente rigorosa, está presente nos trabalhos de Singer (2012; 2009) sobre a emergência do “lulismo”. O ponto de partida de Singer é a decisão do PT na eleição de 2002, de se mover rumo ao centro do espectro político, abraçando a ortodoxia econômica e deixando de lado a coerência ideológica em favor de alianças pragmáticas com partidos mais conservadores. Ao longo dos dois mandatos presenciais de Lula (2003-2010), os governos do PT teriam construído um novo consenso social, combinando políticas econômicas ortodoxas e redistribuição de renda. Esse “redistributivismo conservador” seria o substrato da identificação do

eleitorado pobre com a figura de Lula, permitindo a este angariar o apoio de uma base social muito mais ampla e heterogênea do que aquela tradicionalmente associada ao PT.

A formulação original de Singer foi objeto de muitas críticas, especialmente no que concerne à ausência de evidências em favor da tese do descolamento entre o “lulismo” e “petismo”. Ao contrário, os estudos empíricos mostram que a liderança de Lula ajudou a fortalecer a identificação com o PT entre os novos eleitores do partido. Além disso, a avaliação pessoal de Lula está fortemente vinculada à identificação partidária, ou seja, quanto mais um eleitor gosta de Lula maior a probabilidade de ele também se identificar com o PT e vice-versa (Baker et al., 2016; Cabello e Rennó, 2010). Apesar dessas limitações, entretanto, a tese do “lulismo” encontra respaldo parcial em diversos outros estudos que identificam na eleição de 2006 um processo de realinhamento eleitoral. Naquele ano, pela primeira vez desde 1989, a votação de Lula na eleição presidencial apareceu negativamente associada a variáveis como renda, escolaridade, urbanização e desenvolvimento humano. Para muitos analistas, políticas sociais como o Bolsa Família teriam permitido ao presidente Lula adicionar à base social original do PT – setores organizados do mundo do trabalho, funcionalismo público, movimentos sociais e intelectualidade - estratos sociais marginalizados que até então não apresentavam identidade com o partido (Holzhacker e Balbachevsky, 2007; Hunter e Power, 2007; Samuels, 2008; Zucco, 2008). Por outro lado, a crescente moderação ideológica do partido e a perda da sua reputação como partido da ética, especialmente após o escândalo do “mensalão” em 2006, resultaram no desencanto e abandono do partido por parte da militância (Baker, 2016).

Diversas pesquisas sobre geografia do voto mostraram essa transformação em termos da rápida e crescente interiorização do apoio eleitoral ao PT. Nas regiões Norte e Nordeste, onde o partido concentrava suas votações nas capitais e grandes cidades até 2002 (Limongi e Guarnieri, 2014), o processo de interiorização veio acompanhado de desempenhos acima da média dos candidatos presidenciais do partido em todas as eleições realizadas entre 2006 e 2014. De forma análoga, o PSDB perdeu espaço no Nordeste, passando a obter suas maiores votações nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (Nicolau, 2014; Soares e Terron, 2008; Vale, 2015).

Para Reis (2014) as transformações dos padrões de votação do PT e do PSDB seriam evidência de uma crescente polarização partidária no eleitorado. Para ele, as estratégias de campanha agressivas adotadas por PT e PSDB em 2014, bem como a disputa extremamente apertada no 2º turno, com vitória da candidata governista por pequena margem de votos, seriam nada mais do que a coroação de um paulatino

processo de estruturação da competição à presidência em torno de clivagens de classe. Na mesma linha de análise, alguns analistas enxergam no surgimento de um ativismo político de direita. Para Couto (2014) a redistribuição realizada pelos governos do PT em favor dos mais pobres teria gerado a um só tempo, uma maior identificação entre as classes desfavorecidas e o partido, e uma perda de apoio entre as classes médias. Para este último autor, o anti-petismo estaria associado ao ressurgimento de uma direita autoritária e extremista, revelada nas manifestações de junho de 2013.

De modo geral, a literatura recente sobre identificação partidária e eleições presidenciais no Brasil parece apontar para duas tendências convergentes do ponto de vista da organização dos partidos no eleitorado. De um lado, um fortalecimento dos sentimentos partidários associados aos dois principais partidos que competem pela presidência. Esse processo se caracterizaria, em alguma medida, pela "internalização" da bipolaridade PT-PSDB pelos eleitores.

Por outro lado, a literatura aponta para um processo de polarização partidária do eleitorado, motivado em parte por uma reação dos setores médios da sociedade contra as políticas públicas redistributivas levadas a cabo pelo PT. Ou seja, cada vez mais as divisões partidárias estariam associadas às divisões sociais, de modo que os eleitores identificados ao PT (PSDB) seriam cada vez mais semelhantes entre si, e cada vez mais diferentes daqueles identificados ao PSDB (PT).

A partir dessa discussão, podemos extrair duas hipóteses da literatura:

H1: Ao longo do tempo, devemos observar um incremento do escopo e intensidade dos sentimentos partidários frente aos principais partidos presidenciais. Em especial, esperamos que haja um crescimento da proporção de eleitores que diferenciam claramente entre o PT e o PSDB, manifestando sentimentos positivos com respeito ao partido da sua preferência e negativos com respeito ao partido adversário.

H2: Também esperamos que tenha havido um aumento do grau de diferenciação das atitudes dos eleitores que simpatizam mais fortemente com PT e PSDB entre 2002 e 2014. Ou seja, devemos observar um crescimento da polarização partidária do eleitorado no período.

Se H1 e H2 forem corretas, devemos esperar também um maior impacto dos sentimentos partidários sobre o voto. De forma similar ao observado pela literatura norte-americana nas últimas décadas (Bartels, 2000), a crescente diferenciação dos

partidos no eleitorado se associaria inevitavelmente a uma maior força do partidarismo, com a redução do peso dos eleitores independentes ou indiferentes aos partidos.

No caso brasileiro, onde o sistema de eleição em dois turnos favorece a entrada de terceiros candidatos na disputa presidencial, a redução do peso dos eleitores indiferentes poderia ter como resultado o paulatino esvaziamento da viabilidade eleitoral de forças alternativas ao PT e ao PSDB. Se for verdade que se ampliou o número de eleitores que simpatiza com um desses dois partidos, então restaria às demais forças políticas disputar o voto de um segmento decrescente e altamente volátil de eleitores não partidários. Em termos mais específicos, esse raciocínio nos leva a crer que o aumento da intensidade dos sentimentos partidários pelo PT e PSDB, conforme a hipótese 1, deve estar associado a uma crescente diferenciação do comportamento de petistas e pessedebistas frente aos eleitores não-identificados e/ou indiferentes. Isto é, a probabilidade voto em terceiros candidatos deve ser muito mais alta entre os indiferentes vis-à-vis os identificados. A partir dessa discussão, podemos extrair a nossa terceira e última hipótese:

H3: Esperamos observar ao longo do período 2002-2014 um decréscimo da probabilidade de voto em terceiros candidatos entre simpatizantes do PT/PSDB em relação aos eleitores não-identificados.

2. Uma proposta de classificação dos eleitores: partidários, moderados e indiferentes

Uma vez que nenhuma das teorias clássicas pode explicar a questão da identificação partidária nas novas democracias (Samuels e Zucco, 2014), nossa medida é baseada na discussão da teoria de grupos e definições de polarização e partidarismo aqui adotadas. Empregamos uma medida de identificação partidária que incorpora tanto no grupo as percepções de endogrupos como de exogrupos. Esta operacionalização capta não só as diferenças intergrupo (ou distâncias), mas também a coesão intragrupos. Assim, a intensidade dos sentimentos partidários é uma função da distância dos sentimentos intergrupo, homogeneidade do grupo e do tamanho dos grupos. Utilizamos nesta operacionalização a questão do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) que solicita ao respondente que se posicione numa escala de simpatia pelo partido, sendo a posição “Não gosta nem um pouco” igual a 0 (zero), e a posição “Gosta muito” igual a 10 (dez). A mesma questão está presente em todos os ESEB

realizados entre 2002 e 2014, o que permite a comparação intertemporal.

Para construir a escala de sentimentos partidários, calculamos a diferença entre os escores atribuídos ao PT e ao PSDB pelo eleitor. A escala consegue, assim, o seu valor máximo quando a distância entre PT e PSDB está nos extremos, com o indivíduo gostando muito de um partido e não gostando do outro, o que chamamos de eleitor “Petista” ou “Tucano” puro. Classificamos como partidários puros todos os casos em que a distância foi maior que 6 para os petistas, e menor que -6 para os tucanos. Cumpre observar que esta operacionalização garante que o eleitor tenha atribuído o escore máximo de 3 ao partido adversário àquele de sua preferência (sendo 10 o escore do partido preferido) e mínimo de 7 para o seu partido de preferência (sendo zero o escore do outro partido). Ou seja, a diferença mínima estabelecida para os escores permite separar claramente eleitores que posicionam PT e PSDB em pontos distantes do meio da escala, e distantes entre si.

Os eleitores ditos “moderados” atingem valor 1 (um) se as diferenças de gosto entre os partidos são mais modestas, em torno do meio da escala, com valores absolutos entre 4 e 6. Conforme esta operacionalização, o eleitor que atribuiu valor zero a um dos partidos terá que ter atribuído ao menos valor quatro ao outro. Caso o respondente tenha atribuído valor 10 ao seu partido preferido, o escore do partido adversário deverá ser de no máximo 6 e no mínimo 4. Dessa forma, incluímos casos que combinam alta rejeição ao PT (PSDB) e gosto apenas moderado pelo PSDB (PT). Ou, alternativamente, forte simpatia pelo PT (PSDB) e gosto ou rejeição moderada, próximo ao meio da escala, pelo PSDB (PT).

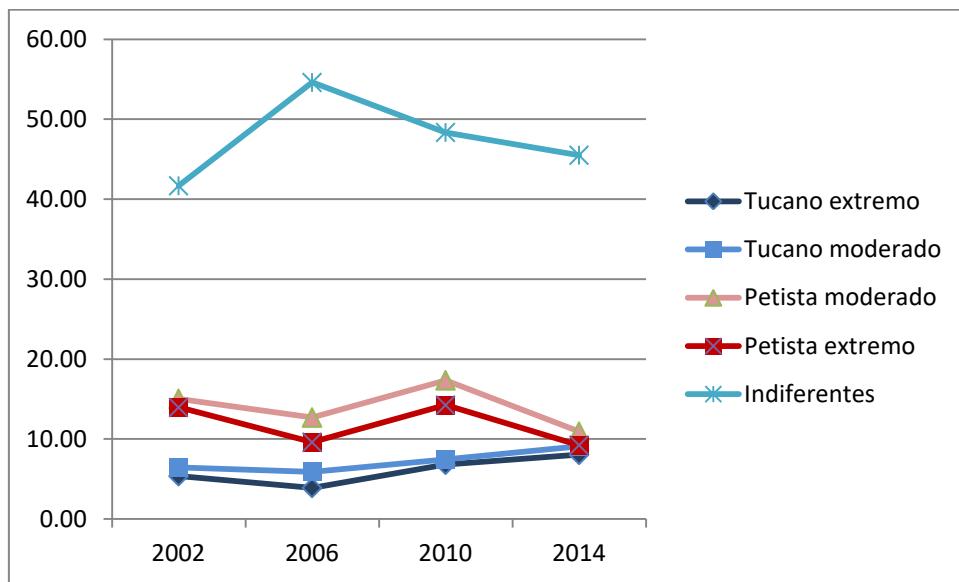
Os demais eleitores foram classificados como indiferentes. Cabe notar, porém, que respostas como “não sabe”, “não respondeu”, “não conhece” foram codificados como *missing*, ou seja, decidimos não codificar os eleitores desinformados como indiferentes. Felizmente, o percentual de eleitores que consegue se posicionar frente aos dois partidos é elevado em todas as eleições analisadas, ultrapassando sempre 80% do total.

Uma vez calculados os escores para cada respondente nos anos de 2002, 2006, 2010 e 2014, atribuímos o valor +2 para o “Petista puro” e -2 para o “Tucano puro”, +1 para “Petista moderado” e -1 para o “Tucano moderado” e 0 para o eleitor dito “Indiferente”. Essa transformação é basicamente escala anterior padrão de dez pontos, dobrada no meio, para formar uma escala de polarização partidária entre PT e PSDB, variando de 0 (indiferença) a 2 (partidário forte), limitando a força partidária a dois níveis (forte, não muito forte).

A Figura 1 abaixo apresenta a evolução da identificação partidária ao longo dos

anos 2002, 2006, 2010 e 2014 diferenciando partidários do PT e do PSDB. Os resultados mostram que o percentual de eleitores que simpatizam com o PSDB cresceu no período, embora não tenha conseguido superar o PT em nenhum dos anos analisados. O PT teve uma queda considerável ao longo dos anos passando de 28% (2002) para 19% (2014) dos entrevistados classificados como partidários extremos e moderados.

Figura 1: Evolução da identificação partidária ao longo dos anos 2002, 2010 e 2014: indiferentes e partidários extremos e moderados do PT e do PSDB.



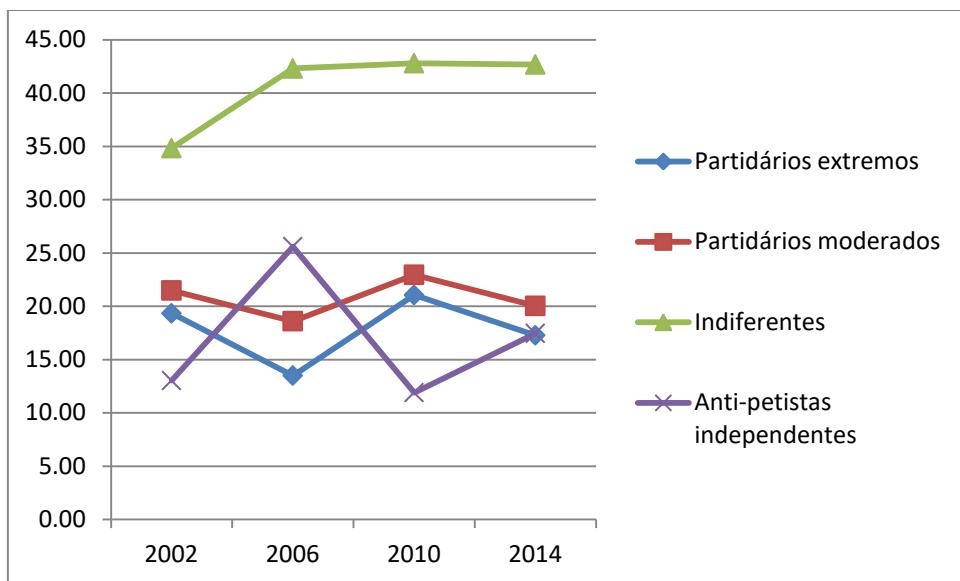
Fontes: ESEB 2002, 2006, 2010 e 2014.

Em paralelo à queda no percentual de petistas, observamos uma ampliação da proporção de eleitores que rejeitam o PT entre 2002 e 2014. O percentual de respondentes que afirmam não gostar do partido (valores de 0 a 3 na escala do ESEB) cresceu de 16% em 2002 para 34% em 2014. Parte desse grupo apresenta simpatia partidária pelo PSDB, o que certamente explica o crescimento da legenda nas preferências do eleitorado. Entretanto, a soma dos eleitores classificados como tucanos moderados e extremos em 2014 chegava a apenas 16.4% do total. Isso quer dizer que a outra metade do eleitorado antipetista não simpatiza com PSDB ou simplesmente não conhece ou não possui informação suficiente para avaliar o principal adversário do PT.

Considerando a relevância desse último grupo, que denominamos de "antipetistas independentes", fizemos uma alteração na nossa escala de sentimentos partidários incluindo todos os eleitores antipetistas, incluindo aqueles que não souberam avaliar o PSDB. Nesta segunda operacionalização, os casos de não

sabe/não conhece não incorporados na categoria anti-petista foram colocados na categoria residual “indiferentes”.

Figura 2: Composição do eleitorado, conforme a intensidade dos sentimentos partidários por PT e PSDB (incluindo anti-petistas independentes), 2002, 2010 e 2014



Fontes: ESEB 2002, 2010 e 2014.

Como se vê na figura 2, o número de anti-petistas independentes apresentou crescimento nos anos de 2006 e 2014, e queda em 2010, se tomarmos por base o ano de 2002. Em 2006, este grupo chegou a representar 25% da amostra, percentual superior ao total de partidários extremos, em torno de 13.5% do total. Muito provavelmente, como já demonstrado por Baker et al (2016), as flutuações no grau de simpatia/antipatia do eleitorado em relação ao PT respondem a avaliações conjunturais de eventos políticos - a exemplo do escândalo do mensalão, que maculou a imagem do partido em 2005 - e do desempenho dos governos. Não parece ser coincidência que o crescimento do percentual de simpatizantes do PT em 2010 tenha se seguido a um período de relativa bonança econômica com Lula à frente do governo, ao passo que, em 2014, a conjunção entre o escândalo do petrolão e a piora da economia brasileira tenha levado a um aumento do antipetismo.

Vale notar porém que em três das quatro eleições analisadas (2002, 2010 e 2014) o percentual de independentes dentro do grupo de eleitores que não gostam do PT oscilou entre 50% e 55% do total; apenas em 2006 o total de independentes

ultrapassou 70% do total de eleitores antipetistas. Em resumo, os dados sugerem que o PSDB consegue mobilizar, em média, pouco menos da metade do eleitorado antipetista, o que explica porque a queda do PT em termos das preferências do eleitorado não resultou em crescimento análogo do maior e mais importante partido de oposição.

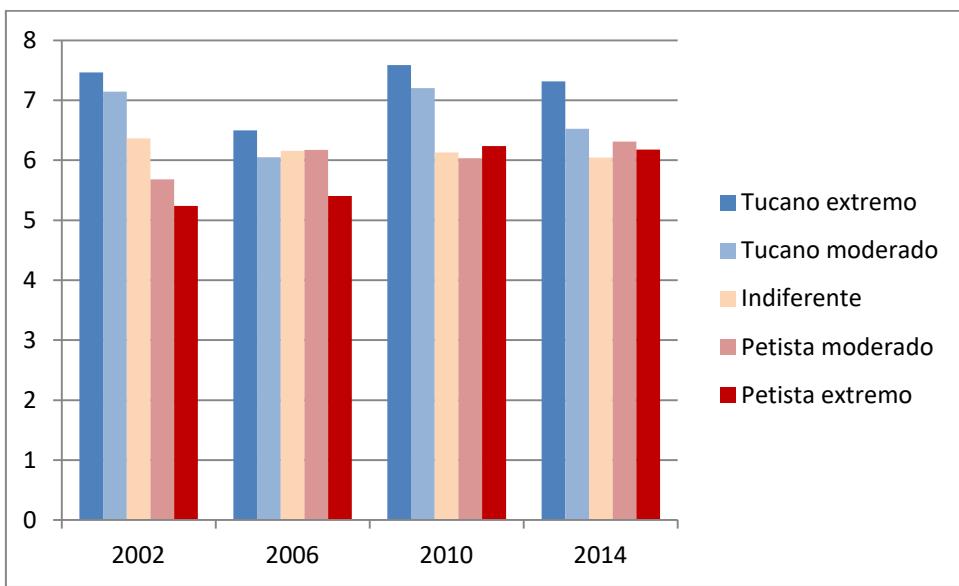
As evidências empíricas apresentadas até aqui não corroboram a Hipótese 1 (H1), qual seja, que teria havido, ao longo do período em análise, um aumento do escopo e intensidade dos sentimentos partidários com respeito ao PT e PSDB. Independente da operacionalização escolhida para as nossas medidas de simpatia partidária - excluindo ou incluindo os eleitores que não responderam as questões do ESEB, ou disseram não conhecer o PT ou o PSDB (ou ambos) - o grupo dos eleitores indiferentes é o mais expressivo de todos, representando em torno de 40-50% do total da amostra.

Não houve no período crescimento expressivo dos eleitores classificados como partidários, tendo ocorrido algumas pequenas oscilações entre os anos. Dentro do grupo de eleitores partidários, além disso, não houve aumento significativo do conjunto de eleitores com preferências mais intensas (tucanos e petistas extremos). O total de eleitores partidários extremos variou de um mínimo de 17% em 2014 a 21% em 2010.

A seguir, realizamos uma série de análises descritivas e testes de diferença de médias para testar a Hipótese 2 (H2). Novamente, essa hipótese afirma que teria ocorrido nos últimos anos um aumento da polarização partidária entre o eleitorado, atrelada à polarização da disputa presidencial.

Iniciamos a verificação empírica desta assertiva checando em que medida as simpatias partidárias se correlacionam com as posições ideológicas dos eleitores. Para fins de comparação do posicionamento ideológico de cada um dos grupos presentes na nossa escala de partidarismo, calculamos as médias de auto-posicionamento ideológico na escala do ESEB (0 para esquerda, 10 para direita) para os anos de 2002, 2006, 2010 e 2014. A Figura 3 abaixo mostra a evolução das médias ao longo do tempo.

Figura 3: Evolução das médias de auto-posicionamento ideológico na escala do ESEB de 2002, 2006, 2010 e 2014 (0 para esquerda e 10 para direita).



Fontes: ESEB 2002, 2010 e 2014.

O gráfico acima mostra que as diferenças ideológicas entre petistas e tucanos extremos se reduziram ao longo do tempo, uma vez que o primeiro grupo se tornou mais de direita, possivelmente em razão da maior moderação ideológica do PT após a chegada à presidência. Em 2002, a relação entre a escala de partidarismo e a ideologia é quase linear, com as médias decrescendo sistematicamente à medida que passamos do tucano extremo para o petista extremo. Em 2014 essa relação já não é mais tão clara, o que mostra uma maior convergência ideológica entre os grupos.

É preciso notar, porém, que as médias de posicionamento ideológico são uma medida pouco confiável por conta da elevada taxa de não resposta. Um percentual muito elevado de respondentes, entre 40% e 60% não soube se posicionar na escala ideológica. Para lidar com este problema, utilizamos também as respostas a diversas questões sobre atitudes políticas presentes no ESEB sobre intervenção do estado na economia, redistribuição, gasto público e impostos, que permitem verificar em que medida os eleitores simpatizantes do PT e do PSDB se diferenciam entre si em relação a *issues* políticos³. A vantagem de utilizar este tipo de questão é que a taxa de não resposta é muito mais baixa e, presumivelmente, a capacidade dos respondentes de entender e responder de forma correta é maior relativamente à pergunta sobre posicionamento ideológico.

Infelizmente, as questões presentes nos ESEB realizados em 2002, 2010 e

³ A análise cobre os anos de 2002, 2010 e 2014, uma vez que o ESEB 2006 não incluiu esse tipo de questão.

2014 não são as mesmas, com poucas exceções, o que prejudica a comparação. Para ter uma ideia da evolução das posições do eleitorado, utilizamos uma questão que foi repetida em 2010 e 2014, sobre redução de impostos e gastos públicos. Além disso, comparamos as respostas dadas a perguntas sobre intervenção do estado na economia em 2002 e 2014. Em 2002 foram realizadas várias questões sobre propriedade estatal em diversas áreas como telecomunicações e energia elétrica. Já em 2014 foi feita uma questão única. Para fins de comparação, calculamos a média das respostas às questões do ESEB 2002 (as escalas são as mesmas). Os resultados são apresentados na tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Média e desvio-padrão das respostas dos eleitores a questões do ESEB sobre participação privada/estatal na economia e redução de gastos e impostos (1 - concorda muito/ 5 - discorda muito), 2002, 2010 e 2014.

Deve haver menos participação estatal na economia		O governo deve reduzir gastos e impostos		
	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão
2002	4.11	0.65	-	-
2010	-	-	3.47	1.55
2014	3.31	1.34	2.55	1.26

Fonte: Elaboração própria dos autores.

A variação nas médias ao longo do tempo mostra que os eleitores se tornaram mais favoráveis a uma redução da propriedade estatal na economia, e mais favoráveis à redução de gastos públicos e impostos. Entretanto, uma vez que as escalas variam de 1 a 5, sendo 1 o grau máximo de concordância, e 3 o meio da escala, pode-se inferir que o eleitor médio adota posições moderadas, de centro-direita ou centro-esquerda. Por exemplo, no caso das questões sobre propriedade estatal na economia, a posição do eleitorado em 2014 era moderadamente favorável a uma maior participação do Estado, apesar da redução em relação a 2002.

A seguir, apresentamos um teste simples de diferença de médias das respostas às questões apresentadas acima e mais um conjunto adicional de perguntas realizadas em apenas um ou outro ano, para os extremos da escala de partidarismo (tucano extremo x petista extremo). Incluímos perguntas sobre cotas raciais nas universidades, privatizações e sobre redistribuição de renda. Infelizmente, as perguntas sobre redistribuição realizadas em 2010 e 2014 são muito diferentes entre si, o que exige certa cautela na comparação.

Tabela 2: Diferença de médias entre tucanos extremos e petistas extremos.

	2002	2010	2014
Contra/a favor das cotas	-	-	***-0.43
Contra/a favor redistribuição de renda	-	-0.15	-0.20
A favor/contra menos participação estatal na economia	***-0.18	-	-0.11
A favor/contra menos impostos e menos gastos	-	0.17	-0.18
A favor/contra as privatizações	-	***-0.59	-

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Congruente com os resultados relativos ao posicionamento ideológico dos eleitores tucanos e petistas, os testes de diferenças de médias sugerem que não há polarização entre estes dois grupos sobre *issues* políticos. Na maior parte dos casos, as diferenças são pequenas e não apresentam significância estatística. Os únicos *issues* que parecem diferenciar petistas e tucanos são as cotas raciais nas universidades e a privatização. Mas mesmo nestes casos, as diferenças entre as médias são de pequena magnitude.

E quanto aos eleitores antipetistas independentes? Não seria o seu crescimento em relação ao total do eleitorado evidência de maior polarização? Para testar essa hipótese, compararamos as médias de posicionamento ideológico dos independentes em relação aos tucanos moderados e extremos. Curiosamente, em todos os anos, as médias dos antipetistas independentes são mais baixas do que as médias atribuídas aos tucanos. Isso quer dizer que o primeiro grupo adota posições mais de esquerda do que os eleitores simpatizantes do PSDB. As diferenças entre independentes e tucanos extremos são estatisticamente significativas em todos os anos.

Tabela 3: Diferença de médias (posicionamento ideológico) entre tucanos extremos, moderados e anti-petistas independentes.

	2002	2006	2010	2014
Tucano extremo	7.47	6.50	7.59	7.31
Tucano moderado	7.26	6.05	7.27	6.38
Independente	6.20	5.99	5.80	5.60

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Vale notar ainda que, ao longo do tempo, os anti-petistas independentes se aproximam do centro da escala de posicionamento ideológico, movendo-se em direção à esquerda. Os dados de 2014 mostram que a maioria dos eleitores deste grupo, em torno de 30% do total, se posiciona exatamente no meio da escala ideológica. Os percentuais equivalentes são 18.7% e 11.9% para os petistas e tucanos extremos, respectivamente.

Realizamos testes adicionais comparando as respostas às perguntas presentes na tabela 2 dadas por petistas extremos e antipetistas independentes e não encontramos significância estatística em nenhum dos casos, exceto no grau de apoio privatização, que é um pouco maior entre o segundo grupo⁴. De modo geral, as diferenças entre petistas e antipetistas independentes são ainda menos significativas do que aquelas observadas entre os petistas e os tucanos extremos. Uma possível explicação para estes resultados é que os antipetistas incluem não só eleitores de centro-direita, mas também eleitores moderadamente de esquerda decepcionados com os rumos tomados pelo PT nas arenas eleitoral e governativa nos 12 anos à frente da presidência completados no último ano da série.

Tabela 4: Percentual de respondentes que concordam/discordam muito com a afirmação de que as cotas raciais prejudicam quem tem mais competência (ESEB 2014), conforme a escala de sentimentos partidários (tucano extremo/moderado, anti-petista independente, e petista extremo).

	Discorda muito	Concorda muito
Tucano extremo	18	20.1
Tucano moderado	15.8	14.3
Anti-petista independente	23.4	11.8
Petista extremo	26.4	10.7

Fonte: Elaboração própria dos autores.

De modo geral, os resultados apresentados nesta seção refutam cabalmente a Hipótese 2 (H2). Ou seja, não há evidências concretas relativas a um suposto aumento da polarização partidária nos últimos anos. Pelo contrário, as diferenças atitudinais entre petistas e tucanos são de pequena monta, e a distância ideológica entre os extremos da escala de partidarismo se reduziu ao longo do tempo. Além disso, não há evidências em favor da tese de que o crescimento do anti-petismo estaria associado ao fortalecimento de uma suposta direita extremista. O grupo de

⁴ Por razões de espaço, não apresentamos nem discutimos em maior detalhe esses resultados aqui. As tabelas podem ser obtidas junto aos autores.

eleitores ant-petistas é extremamente heterogêneo e o seu segmento mais de direita – os tucanos extremos – não apresentou crescimento significativo em relação ao conjunto do eleitorado e nem adotou posições mais conservadoras ao longo do tempo⁵.

3. Modelos multivariados

Esta seção desenvolve uma série de modelos multivariados para estimação dos determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais. A variável dependente foi dividida em quatro categorias, sendo a categoria base o voto em candidatos não filiados ao PT ou ao PSDB. As demais categorias são: voto branco/nulo (1); voto no PSDB (2); voto no PT (3). Estimamos modelos multinomiais *logit* para as eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014, tendo como principais variáveis independentes as medidas de simpatia partidária pelo PT e pelo PSDB. Cada modelo tem duas variáveis ordinais – *partidário extremo* e *partidário moderado* – que dividem o eleitorado em três categorias: 0 para indiferente; -1 para tucano moderado/extremo e; +1 para petista moderado/extremo.

Para controlar possíveis efeitos do voto retrospectivo incluímos em todas as equações uma medida de avaliação dos últimos quatro anos de governo. A nossa expectativa é que os candidatos governistas se beneficiem de uma boa avaliação, sendo o oposto verdadeiro para candidatos de oposição. Conforme a Hipótese 3 (H3), esperamos observar ao longo do tempo uma menor probabilidade de voto em terceiros candidatos entre os eleitores simpatizantes do PT e do PSDB. Entretanto, uma vez que a eleição direta do chefe do Executivo favorece o voto pessoal, um dos fatores explicativos da força eleitoral de terceiros candidatos é o quanto estes são bem avaliados pelos eleitores. Assim, introduzimos como controle uma medida de avaliação dos candidatos com a terceira maior votação no 1º turno (*avaliação 3º candidato*). Em 2002 essa variável mede a avaliação de Anthony Garotinho, e em 2006, de Heloísa Helena; nos outros anos, a avaliação de Marina Silva.

Por fim introduzimos vários controles para as características pessoais dos eleitores. Considerando que os evangélicos têm apresentado comportamento eleitoral distinto frente aos demais eleitores e, além disso, tanto Garotinho quanto Marina Silva tiveram boa votação nesse segmento, incluímos uma *dummy* que assume valor 1 para

⁵ Obviamente, não queremos dizer com isso que não existem eleitores de extrema direita no Brasil. O ponto aqui é que este grupo continua sendo uma minoria pouco relevante eleitoralmente e, por essa razão, não é possível encontrar qualquer efeito do extremismo sobre as estatísticas agregadas.

os eleitores dessa orientação religiosa e 0 em todos os demais casos. Os controles restantes são os mesmos utilizados em larga medida em estudos de comportamento eleitoral: *dummy* para raça (branco=1; outros=0), escolaridade (escala ordinal retirada do ESEB), idade (variável escalar) e gênero (masculino=1; feminino=0).

A seguir apresentamos os resultados dos modelos multinomiais. Para facilitar a leitura das tabelas, incluímos apenas as equações estimadas para o voto nos candidatos do PT e do PSDB. As equações para a categoria voto nulo/branco podem ser consultadas no anexo.

Tabela 5: Modelos de regressão multinomial para voto no PT/ PSDB (base: voto em outros candidatos) no 1º turno das eleições presidenciais, 2002-2014.

	2002		2006		2010		2014	
	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB	PT
Constante	0.487 (0.314)	***3.512 (0.000)	***5.798 (0.000)	***2.535 (0.032)	***4.516 (0.000)	***2.974 (0.000)	***2.202 (0.000)	***1.996 (0.000)
avaliação 3º candidato	***-0.168 (0.000)	***-0.134 (0.000)	***-0.409 (0.000)	***-0.353 (0.000)	***-0.406 (0.000)	***-0.423 (0.000)	***-0.249 (0.000)	***-0.284 (0.000)
avaliação do governo	***0.324 (0.000)	-0.020 (0.634)	*-0.450 (0.080)	***1.448 (0.000)	-0.012 (0.935)	***0.943 (0.000)	-0.050 (0.513)	***0.678 (0.000)
partidário extremo	***-0.237 (0.231)	***1.387 (0.000)	**-1.441 (0.024)	0.915 (0.146)	***-1.320 (0.000)	***1.183 (0.000)	***-1.361 (0.000)	***0.932 (0.000)
partidário moderado	***-0.325 (0.051)	***0.790 (0.000)	**-1.070 (0.015)	0.636 (0.121)	***-1.267 (0.000)	***0.762 (0.000)	***-0.962 (0.000)	***0.591 (0.000)
homem	-0.154 (0.345)	0.086 (0.345)	-0.179 (0.626)	0.256 (0.626)	-0.147 (0.366)	-0.078 (0.366)	**0.352 (0.015)	**0.297 (0.015)
idade	0.002 (0.668)	***-0.015 (0.001)	*-0.027 (0.054)	***-0.036 (0.006)	0.002 (0.715)	0.007 (0.210)	0.005 (0.350)	0.004 (0.476)
escolaridade	**-0.210 (0.013)	***-0.327 (0.000)	-0.119 (0.213)	***-0.329 (0.000)	***-0.252 (0.000)	***-0.253 (0.000)	**-0.076 (0.049)	***-0.168 (0.000)
branco	*0.307 (0.070)	**0.280 (0.045)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	*0.310 (0.059)	-0.110 (0.477)	**0.293 (0.048)	0.011 (0.938)
evangelico	***-1.632 (0.000)	***-1.332 (0.000)	0.053 (0.910)	-0.386 (0.396)	***-0.586 (0.001)	***-0.882 (0.000)	***-0.770 (0.000)	***-0.783 (0.000)
N	1891		705		1813		2370	
-2LL	3286.55		1249.22		3001.81		4087.74	

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Conforme o esperado, as variáveis que medem a intensidade dos sentimentos partidários possuem um efeito forte e estatisticamente significativo em todos os anos. Vale relembrar que os eleitores simpatizantes do PSDB recebem valor -1 na escala, enquanto simpatizantes do PT recebem valor +1. Com isso, os coeficientes positivos para as variáveis *partidário extremo* e *partidário moderado* nas equações do PT significam que os eleitores petistas possuem maior probabilidade de votar no candidato do partido. De forma análoga, os coeficientes negativos na equação do

PSDB significam que, quando as variáveis assumem valor -1 , o sinal dos coeficientes se inverte e, portanto, aumenta a probabilidade de voto nos candidatos do partido.

No caso das demais variáveis, cabe a interpretação convencional em modelos multinomiais. Coeficientes negativos indicam associação com a categoria base. Por exemplo, os valores negativos para a medida de *escolaridade* indicam que, em todos os anos, eleitores com mais anos de estudo apresentaram maior probabilidade de votar em candidatos outros que não são filiados ao PT e ao PSDB. Há duas interpretações não-excludentes para esse resultado. Uma primeira interpretação é que eleitores mais escolarizados possuem mais informação política, o que os tornaria mais propensos a adotar um voto estratégico em relação aos eleitores de menor escolaridade. Uma segunda interpretação é que alguns dos candidatos que concorreram contra o PT e o PSDB nos anos de 2002, 2010 e 2014 tiveram maior apelo entre os eleitores mais escolarizados. Este parece ser o caso de Marina Silva em 2010 e 2014.

Considerando que a interpretação dos coeficientes de modelos com variáveis categóricas é bastante complexa, realizamos algumas simulações simples com o objetivo de determinar os impactos de mudanças na escala de partidarismo sobre a probabilidade de voto nos candidatos do PT e PSDB. A tabela 6 abaixo mostra o efeito de aumento na probabilidade de voto no candidato do PT quando nos movemos de um extremo ao outro das escalas de partidarismo extremo e moderado:

Tabela 6: Aumento na probabilidade de voto no candidato presidencial do PT, para diferentes valores da escala de partidarismo, eleições de 2002, 2010 e 2014.

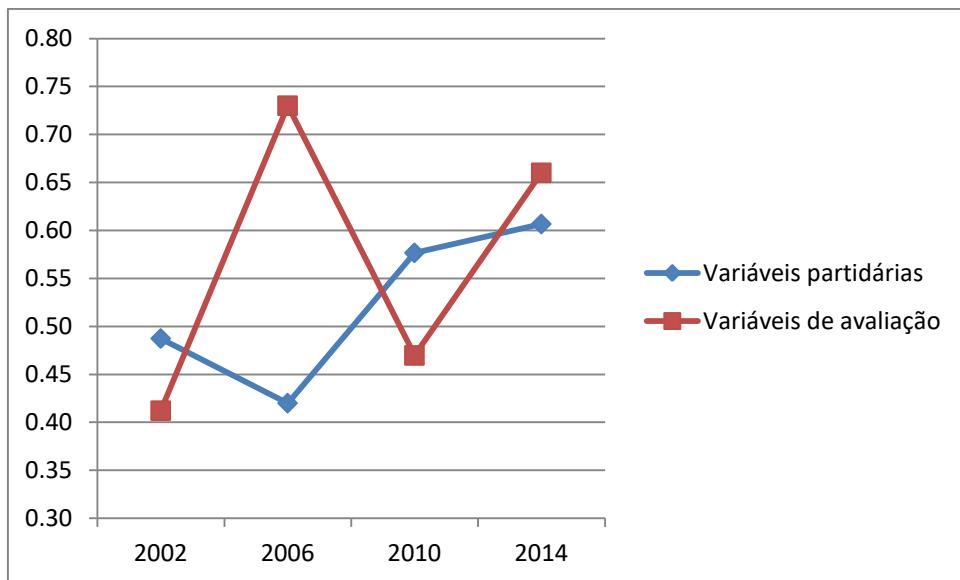
	2002	2010	2014
Tucano extremo => Petista extremo	0.62	0.76	0.68
Tucano moderado => Petista moderado	0.42	0.64	0.52

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Como se vê na tabela, em todos os anos os eleitores petistas apresentaram maior probabilidade de voto em candidatos presidenciais do partido do que os tucanos. Como esperado, as maiores diferenças são aquelas calculadas para as probabilidades de voto para petistas extremos e tucanos extremos. Em 2014, um eleitor petista extremo tinha uma probabilidade 68% maior de votar em Dilma Rousseff do que um eleitor tucano extremo. Já a diferença entre petistas e tucanos moderados era um pouco inferior em torno de 52%.

Conforme a nossa terceira hipótese (H3), esperamos observar um aumento da capacidade explicativa das simpatias partidárias ao longo do tempo, em detrimento da capacidade explicativa de dimensões de curto prazo (variáveis de avaliação de governo e candidatos). Para testar essa hipótese, estimamos dois modelos adicionais. Um incluindo apenas as variáveis partidárias e outro incluindo apenas as medidas de avaliação. Em seguida, aplicamos o teste da razão de verossimilhança para determinar a melhoria no ajuste de cada um destes modelos em relação ao modelo nulo. Por fim, comparamos a redução na estatística $-2LL$ obtida pelos modelos reduzidos em relação à redução obtida pelo modelo completo. Quanto mais alto o percentual obtido, tanto maior o poder explicativo das dimensões partidária e avaliativa isoladamente. A Figura 4 a seguir mostra a evolução da contribuição de cada uma dessas dimensões para o ajuste dos modelos:

Figura 4: Evolução da estatística de razão de verossimilhança ($-2LL$) das dimensões partidária e avaliativa para o ajuste dos modelos multivariados.



Fontes: ESEB 2002, 2006, 2010 e 2014.

O gráfico mostra que o poder explicativo da nossa escala de sentimentos partidários cresce ao longo do tempo, porém o mesmo é verdade para as medidas de avaliação, cujo poder explicativo atinge o valor máximo em 2006. Ou seja, se por um lado é verdade que os sentimentos partidários ampliaram a sua capacidade de explicar o voto ao longo do tempo, por outro lado, isso não resultou em menor efeito dos fatores de curto prazo. A rigor, o que os resultados estatísticos mostram é que os

efeitos das variáveis que mensuram características do eleitorado, incluindo escolaridade, raça, idade e gênero se tornam menos relevantes ao longo do tempo, enquanto cresce o impacto das medidas de avaliação e de sentimentos partidários.

Para verificar em que medida o voto anti-petista independente contribui para estruturar ou não a competição pela presidência no primeiro turno, testamos uma série de modelos adicionais. Uma vez que os resultados obtidos para as variáveis de características do eleitorado são virtualmente idênticos àqueles já observados na tabela 5, reportamos apenas os coeficientes para as dimensões partidárias e de avaliação. A tabela 8 a seguir apresenta os resultados das equações para voto no PT e no PSDB. Os resultados para a categoria votos brancos/nulos podem ser consultados no anexo.

Tabela 7: Modelos de regressão multinomial para voto no PT/PSDB incluindo a categoria *anti-petistas independentes* (base: voto em outros candidatos) 1º turno das eleições presidenciais, 2002-2014.

	2002		2006		2010		2014	
	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB	PT
Constante	0.487 (0.314)	***3.512 (0.000)	***5.289 (0.000)	*2.740 (0.022)	***4.817 (0.000)	***3.475 (0.000)	***2.350 (0.000)	***2.327 (0.000)
avaliação 3º candidato	***-0.168 (0.000)	***-0.134 (0.000)	***-0.397 (0.000)	***-0.363 (0.000)	***-0.420 (0.000)	***-0.451 (0.000)	***-0.254 (0.000)	***-0.299 (0.000)
avaliação do governo	***0.324 (0.000)	-0.020 (0.634)	-0.353 (0.176)	***1.382 (0.000)	-0.051 (0.729)	***0.864 (0.000)	-0.062 (0.422)	***0.644 (0.000)
partidário extremo	-0.237 (0.231)	***1.387 (0.000)	**-1.596 (0.012)	0.834 (0.177)	***-1.275 (0.000)	***1.114 (0.000)	***-1.303 (0.000)	***0.885 (0.000)
partidário moderado	*-0.325 (0.051)	***0.790 (0.000)	***-1.192 (0.007)	0.561 (0.162)	***-1.266 (0.000)	***0.666 (0.000)	***-0.933 (0.000)	***0.561 (0.001)
anti-petista independente	-0.154 (0.345)	0.086 (0.345)	0.561 (0.626)	-0.137 (0.626)	***-0.759 (0.001)	***-1.217 (0.001)	-0.272 (0.120)	***-0.557 (0.120)
N	1891		705		1813		2370	
-2LL	3242.09		829.22		3001.81		4050.15	

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Conforme o esperado, os anti-petistas apresentam menor probabilidade de voto nos candidatos do PT em relação a outros candidatos. Porém, é interessante notar que este segmento não apresenta maior propensão a votar nos candidatos do PSDB. No único ano em que o coeficiente para a equação do PSDB obteve significância estatística (2010), o sinal é negativo. Isto quer dizer que naquele ano os anti-petistas independentes rejeitaram tanto os candidatos do PSDB quanto do PT, votando em outros candidatos.

A tabela 8 abaixo mostra as diferenças de probabilidade de voto entre anti-petistas indípendentes e indiferentes para todas as categorias da variável dependente (voto no PT/PSDB/outros/voto branco ou nulo). Os resultados mostram que os independentes apresentam maior probabilidade de votar branco ou nulo, ou de escolher um terceiro candidato não filiado ao PT ou ao PSDB.

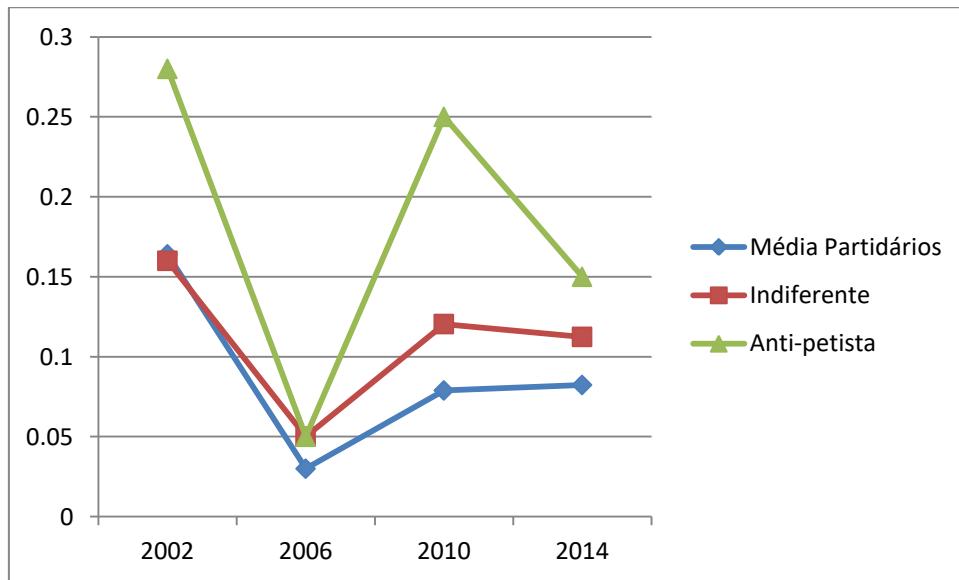
Tabela 8: Probabilidade prevista de voto no PT/PSDB/outros candidatos/voto branco ou nulo, anti-petistas independentes x indiferentes, 1º turno eleições presidenciais, 2002-2014.

	2002	2006	2010	2014
PT	***-0.12	***-0.14	***-0.19	***-0.11
PSDB	0.01	***0.11	0	0.01
outros	***0.06	***0.03	***0.13	**0.04
Voto branco ou nulo	**0.04	0.00	***0.05	***0.06

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Para testar a nossa terceira hipótese (H3), de que haveria ao longo do tempo um decréscimo da probabilidade de voto em terceiros candidatos entre simpatizantes do PT e do PSDB, apresentamos a seguir um gráfico que apresenta a evolução das médias de probabilidade de voto para eleitores partidários, indiferentes e anti-petistas independentes.

Figura 5: Médias de probabilidade de voto em terceiros candidatos entre partidários do PT e PSDB, indiferentes e anti-petistas independentes.



Fontes: ESEB 2002, 2006, 2010 e 2014.

De fato, ao longo do tempo os eleitores tucanos e petistas apresentam na média, menor probabilidade de votar em candidatos outros que não os filiados aos partidos de sua preferência. Vale ressaltar, porém, que essa redução se deve basicamente ao comportamento dos eleitores tucanos. Em 2002, a probabilidade de um tucano extremo ou moderado votar em um terceiro candidato era de cerca de 30%; este percentual caiu para 11% na eleição seguinte. Já os eleitores petistas apresentam probabilidades muito baixas em todas as eleições, nunca ultrapassando 12%.

Curiosamente, a curva dos eleitores indiferentes acompanha em alguma medida as médias de probabilidade dos eleitores partidários. Uma possível explicação para isso é o fato de que, em todas as eleições, sem exceção, o grupo dos indiferentes se dividiu entre os candidatos do PT, do PSDB, e do terceiro partido mais votado, conferindo vantagem sempre aos postulantes do PT. Em todas as eleições analisadas, os candidatos petistas obtiveram a maioria relativa dos votos dentro deste grupo, dividindo o restante das suas preferências entre o PSDB e o representante ou representantes da “terceira via”. Aparentemente, o eleitor indiferente parece recompensar candidatos de governos bem avaliados, a exemplo de Dilma Rouseff em 2010 e 2014, e punir aqueles que representam governos não tão bem avaliados assim (e.g. José Serra em 2002), fragmentando seus votos entre as alternativas disponíveis de candidatos de oposição.

Já os eleitores anti-petistas independentes apresentam as maiores médias de probabilidade de voto em terceiros candidatos, o que significa que os eleitores anti-petistas independentes não só rejeitam o Partido dos Trabalhadores como também não encontram o PSDB como uma alternativa ao PT (com a única exceção de 2006), e assim, tendem a votar na terceira opção disponível no pleito eleitoral, sobretudo em 2010 e 2014 em que as diferenças de probabilidades são maiores. Cabe ressaltar que em praticamente todos os anos analisados os candidatos eleitoralmente relevantes não filiados ao PT ou PSDB tinham perfil de esquerda ou centro-esquerda, a exemplo de Ciro Gomes e Garotinho em 2002, e Marina Silva em 2010 e 2014. Em resumo, o apoio dos anti-petistas independentes a candidaturas não tucanas é mais uma evidência que contraria as teses que associam o anti-petismo ao crescimento da direita.

Como esperado, os eleitores partidários sempre apresentam as menores médias de probabilidade de voto em terceiros candidatos, isto é, são os eleitores que

mais votam na dualidade PT-PSDB de acordo com seu partidarismo. Portanto, confirmamos a terceira e última hipótese (H3): no período em análise houve um decréscimo da probabilidade de voto em terceiros candidatos no 1º turno, entre os eleitores tucanos e petistas, relativamente aos eleitores não identificados com estes dois partidos.

4. Conclusão

A identificação partidária e valores políticos situam-se no centro dos sistemas de crença em massa. Sua influência nas avaliações políticas, julgamento e tomada de decisões é ampla e profunda. Com base em evidências observacionais e pesquisas recentes na política brasileira, submetemos ao teste empírico hipóteses presentes na literatura com que apontam para um crescimento da polarização partidária do eleitorado, alimentada pela estrutura da competição presidencial. Demonstramos a fragilidade empírica dessas hipóteses, especialmente no que diz respeito a um suposto crescimento da direita entre o eleitorado. Além disso, ao contrário do que se supõe, a maioria dos indivíduos estão no mesmo lado sobre temas políticos.

A polarização partidária entre as elites pode influenciar a saliência de temas políticos no público de massa, o que, por sua vez, influencia a importância dos temas políticos e do partidarismo nos sistemas de crenças dos cidadãos ordinários. Porém, este não é certamente o caso no Brasil, uma vez que a distância ideológica entre as bancadas dos partidos no Congresso se reduziu ao longo do tempo (Zucco, 2012). Ademais, a polarização no Brasil está limitada a um subconjunto do público, em grande parte constituído por fortes partidários que estão cientes das diferenças partidárias.

A evolução do posicionamento ideológico dos eleitores petistas, tucanos e anti-petistas independentes demonstra, em primeiro lugar, uma crescente convergência ideológica do eleitorado, provavelmente em razão do movimento do PT em direção ao centro do espectro político. Em segundo lugar, e contrariamente à hipótese de uma associação entre o antipetismo e o crescimento da direita, observamos que o eleitorado antipetista é bastante heterogêneo, não apresentando perfil ideológico claro. Em particular, o grupo de antipetistas independentes se diferencia ainda menos dos petistas do que os eleitores que apresentam simpatias mais intensas pelo PSDB. Em outras palavras, o crescimento do antipetismo parece estar mais relacionado à avaliações negativas de parte do eleitorado com respeito aos governos do PT, o que por sua vez impacta diretamente a reputação do partido, do que propriamente a um crescimento de uma direita conservadora e extremista com suposto por Couto (2014).

No todo, frente aos resultados das análises empíricas, podemos concluir que não há evidências que comprovem a tese de um duplo movimento de ampliação da polarização de massa e de aumento da intensidade dos sentimentos partidários nas eleições presidenciais. Por um lado, as análises estatísticas indicam que as simpatias pelo PT e pelo PSDB se tornaram, ao longo do tempo, preditores mais fortes e precisos do comportamento dos eleitores na disputa presidencial. Por outro lado, não há evidências de que o eleitorado passou a se dividir de forma mais claramente partidária. Ao contrário, entre 2002 e 2014, houve uma pequena queda no percentual de eleitores classificados como partidários na escala que propomos, com relação ao total das amostras do ESEB. Por sua vez, o crescimento do anti-petismo no período não pode ser tomado como sinal de uma maior estruturação da competição partidária, em termos da oposição binária petista/anti-petista.

Os estudos sobre polarização fizeram grandes progressos, mas uma série de problemas analíticos ainda pode levar a interpretações erradas e equívocos. Endogeneidade é uma questão importante a ser considerada. Os dados de cada ano do ESEB para o presente estudo foram coletados após as eleições, um período de partidarismo intensificado (Batista, 2014). Assim, se as expressões de sentimentos partidários no calor das eleições são significativamente contaminadas por avaliações de curto prazo ou intenções de voto, deveríamos observar efeitos mais fortes do que quando o partidarismo é medido em um período fora de campanhas e eleições. Entretanto, se mesmo com esses possíveis vieses não conseguimos encontrar qualquer evidência empírica de polarização em massa dos eleitores, podemos dizer que nossas evidências contra essa hipótese são bastante robustas.

Como último ponto, cabe ressaltar que, se por um lado as evidências apresentadas neste estudo comprovam que as simpatias partidárias são fator explicativo importante do comportamento eleitoral, por outro lado não cabe falar em consolidação do sistema partidário presidencial no eleitorado. O crescimento do grupo de eleitores antipetistas independentes, ao mesmo tempo em que se manteve em patamares elevados o percentual de votantes indiferentes no período em análise, sugere, ao contrário, que parte expressiva dos eleitores brasileiros não apresenta disposição em apoiar de forma consistente nenhum dos dois principais partidos na arena presidencial. De fato, os antipetistas independentes são o segmento com maior tendência a apoiar terceiros candidatos no 1º turno, buscando alternativas ao PT fora do campo pessedebista. Além disso, dada a relevância numérica do grupo de indiferentes, que nas últimas eleições se dividiu entre PT, PSDB e a “terceira via” (porém com clara vantagem para os petistas), é evidente que nenhum candidato

presidencial pode pensar seriamente em vitória sem conseguir o apoio deste segmento do eleitorado. Nesse sentido, conforme já notado por vários outros autores (Borges, 2015; Borges e Lloyd, 2016; Cortez, 2009; Limongi e Guarnieri, 2014), a predominância do PT e do PSDB na arena presidencial resulta provavelmente menos do enraizamento desses partidos no eleitorado e mais da capacidade destas organizações de coordenar de forma eficiente alianças nacionais e subnacionais

Os céticos poderão argumentar que a nossa análise não permite entender o fenômeno Bolsonaro, candidato de extrema direita que aparece agora (2017) com cerca de 15% nas pesquisas de intenção de voto para presidente em 2018. Sobre isso, cabe notar que pesquisas realizadas com tanta antecedência tem capacidade preditiva limitada. Neste momento, não há como há saber se a votação de Bolsonaro reflete, de fato, um crescimento do eleitorado conservador, ou se se trata apenas sw resultado conjuntural da fragmentação da centro-direita e da ausência de um candidato tucano sólido. Por fim, só se pode falar em polarização quando se verifica crescimento dos eleitores posicionados em ambos os extremos do espectro ideológico e redução concomitante da viabilidade eleitoral de candidaturas centristas. Essa hipótese nos parece extremamente improvável e, certamente, não pode ser corroborada a partir das últimas pesquisas eleitorais.

As evidências que apresentamos demonstram, de fato, que o segmento majoritário de eleitores indiferentes não apresenta perfil ideológico claramente diferenciado, o que cria incentivos para que os candidatos à presidência busquem evitar a adoção de posições extremas ou controversas, construindo amplas e heterogêneas alianças eleitorais que resultam na diluição dos apelos ideológicos. O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao grupo de eleitores antipetistas independentes: ainda que rejeitem o PT, esse grupo não se diferencia significativamente dos simpatizantes do partido. Em resumo, em combinação com o sistema de dois turnos, que induz fortemente os partidos a mobilizar o eleitor mediano, desfavorecendo candidaturas extremistas, a distribuição das preferências do eleitorado brasileiro torna improvável um cenário de aumento da polarização partidária nos próximos anos, não obstante os diagnósticos (equivocados) a respeito do crescimento do eleitorado de extrema direita no Brasil.

Bibliografia:

- BAKER, A. et al. The Dynamics of Partisan Identification when Party Brands Change: The Case of the Workers Party in Brazil. *The Journal of Politics*; 78, 1, 2016.
- BARTELS, L.M. Partisanship and voting behavior, 1952-1996. *American Journal of Political Science*, p. 35-50, 2000.
- BATISTA, F. P. 2014. Revista Brasileira de Ciência Política, no13. Brasília, janeiro - abril de 2014, pp. 213-244.
- BORGES, A. Nacionalização partidária e estratégias eleitorais no presidencialismo de coalizão. *Dados*; 58, 3, p. 239-274, 2015.
- BORGES, A. e LLOYD, R. Presidential coattails and electoral coordination in multilevel elections: comparative lessons from Brazil. *Electoral Studies*; 46, September, 2016.
- BRAGA, M.D.S.S. e PIMENTEL JR, J. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? *Opinião Pública*; 17, 2, p. 271-303, 2011.
- BREWER, M.B. Intergroup relations. In: RF Baumeister, EJ Finkel, eds. *Advanced social psychology* Oxford, UK: Oxford University Press, 2010:535-551.
- CABELLO, A. e RENNÓ, L. As bases do lulismo: A volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? . *Revista Brasileira de Ciências Sociais*; 25, 74, p., 2010.
- CAMPBELL, A. et al. *The American voter*. New York: John Wiley, 1960.
- CARMINES, E., STIMSON, J. Issue Evolution: Race and the Transformation of American Politics. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, 1989.
- CARREIRÃO, Y. e BARBETTA, P.A. A eleição presidencial de 2002: a decisão do voto na região da grande São Paulo. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*; 19, 56, p. 75-93, 2004.
- CARREIRÃO, Y. e KINZO, M.D.A. Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002). *Dados - Revista de Ciências Sociais*; 47, 1, p. 131-168, 2004.
- CORTEZ, R. *Eleições majoritárias e entrada estratégica no sistema partidário-eleitoral brasileiro*: Ph.D. Dissertation, Department of Political Science, Universidade de São Paulo, Brazil. 2009.
- COUTO, C.G. 2014: Novas eleições críticas? *Em Debate*; 6, p. 17-24, 2014.
- DOWNS, A.D. *An economic theory of democracy*.840376006X: Harper 1957.
- FIORINA, M.P. *Retrospective voting in American national elections*. New Haven, CT: Yale University Press, 1981.
- FIORINA, M.P. e ABRAMS, S.J. Political polarization in the American public. *Annu. Rev. Polit. Sci.*; 11, p. 563-588, 2008.
- GREEN, D. P., PALMQUIST, B., SCHICKLER, E. *Partisan Hearts and Minds: Political Parties and the Social Identities of Voters*. Yale University Press, 2002.
- HILL, S.J. e TAUSANOVITCH, C. A Disconnect in Representation? Comparison of Trends in Congressional and Public Polarization. *The Journal of Politics*; 77, 4, p. 1058-1075, 2015.
- HOLZHACKER, D.O. e BALBACHEVSKY, E. Classe ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006. *Opinião Pública*; 13, 2, p. 283-306, 2007.

- Huddy, L. From social to political identity: A critical examination of social identity theory. *Political Psychology*, 22(1), 2001, 127–156.
- Huddy, L., Mason, L., Aarøe, L. "Expressive Partisanship: Campaign Involvement, Political Emotion, and Partisan Identity." *American Political Science Review*. 2015, 109:1–17.
- HUNTER, W. e POWER, T.J. Rewarding Lula: executive power, social policy, and the Brazilian elections of 2006. *Latin American Politics and Society*; 49, 1, p. 1-30, 2007.
- IYENGAR, S., SOOD G., LELKES, Y. 2012. Affect, Not Ideology. A Social Identity Perspective On Polarization. *Public Opinion Quarterly*.
- KEY, V.O. A theory of critical elections. *The Journal of Politics*; 17, 01, p. 3-18, 1955.
- KINZO, M.D.A. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*; 20, 57, p., 2005.
- LAYMAN, G. *The Great Divide: Religious and Cultural Conflict in American Party Politics*. New York: Columbia Univ. Press, 2001.
- LIMONGI, F. e CORTEZ, R. As eleições de 2010 eo quadro partidário. *Novos estudos-CEBRAP*, 88, p. 21-37, 2010.
- LIMONGI, F. e GUARNIERI, F. A base e os partidos: as eleições presidenciais no Brasil pós-redemocratização. *Novos estudos-CEBRAP*, 99, p. 5-24, 2014.
- LUPU, N. Brand dilution and the breakdown of political parties in Latin America. *World Politics*; 66, 04, p. 561-602, 2014.
- LUPU, N. Party brands and partisanship: Theory with evidence from a survey experiment in Argentina. *American Journal of Political Science*; 57, 1, p. 49-64, 2013.
- MELO, C.R. e CÂMARA, R. Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. *Revista Dados*; 55, 1, p. 71-117, 2012.
- MILKIS, S.M. e RHODES, J.H. George W. Bush, the Republican Party, and the "new" American party system. *Perspectives on Politics*; 5, 03, p. 461-488, 2007.
- NICHOLSON, S.P. Polarizing cues. *American Journal of Political Science*; 56, 1, p. 52-66, 2012.
- NICOLAU, J. Vermelhos e Azuis: um estudo sobre os determinantes do voto nas eleições presidenciais brasileiras (2002-2010) In. *IX Encontro da ABCP*. Brasília, DF, 2014.
- OLIVEIRA, C. e TURGEON, M. Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro. *Opinião Pública*, vol. 21, nro 3, dez 2015.
- PEIXOTO, V. e RENNÓ, L. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. *Opinião Pública*; 17, 2, p. 304-332, 2011.
- REIS, F.W. Eleição de 2014: "País dividido" e questão social. *Em Debate*; 6, p. 8-1, 2014.
- RENNÓ, L.R. Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Opinião Pública*; 13, 2, p. 260-282, 2007.
- RIBEIRO, E., CARREIRÃO, Y., e BORBA, J. Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 17, no 2, Novembro, 2011, p.333-368.

- RIBEIRO, E., CARREIRÃO, Y., e BORBA, J. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 22, no 3, dezembro, 2016.
- SAMUELS, D. A Evolução do Petismo (2002-2008). *Opinião Pública*; 14, 2, p. 302-318, 2008.
- SAMUELS, D. e ZUCCO, C. The power of partisanship in Brazil: Evidence from survey experiments. *American Journal of Political Science*; 58, 1, p. 212-225, 2014.
- SCHNATTSCHEIDER, E. The semi-sovereign people. *New York: Holt, Reinhart and Winston*, p., 1960.
- SINGER, A. Os sentidos do lulismo: Editora Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos estudos-CEBRAP*, 85, p. 83-102, 2009.
- SOARES, G.A.D. e TERRON, S.L. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). *Opinião Pública*; 14, 2, p. 269-301, 2008.
- SPECK, B.; BRAGA, M. S.; COSTA, V. "Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 23, nº 56, p. 125-148, 2015.
- SPECK, B. W. e BALBACHEVSKY, E. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 22, no 3, dezembro, 2016.
- SUNDQUIST, J.L. *Dynamics of the party system: Alignment and realignment of political parties in the United States*: Brookings Institution Press, 2011.
- TAJFEL, H. *Human groups and social categories: Studies in social psychology*: CUP Archive, 1981.
- VALE, H.F. Territorial Polarization in Brazil's 2014 Presidential Elections. *Regional & Federal Studies*; 25, 3, p. 297-311, 2015.
- ZUCCO, C. The President's 'New' Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil's 2006 presidential elections. *Journal of Latin American Studies*; 40, p. 29-49, 2008.
- Zucco Jr C. (2012) Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: Power TJ and Zucco Jr C (eds) *O congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.